

Apresentação de caso: projeto pássaros

Lílian Maria Ferreira Marotta Moreira

O gráfico feito pelo veterinário Daniel Vilela, do IBAMA-BH e apresentado na palestra anterior, mostra a importância da questão relativa à fauna silvestre no país, principalmente em face do número elevado de animais silvestres apreendidos em Belo Horizonte. Vocês viram que o Centro de Triagem de Belo Horizonte está no alto da escala e os outros centros, todos abaixo. Uma parceria entre Cetas/IBAMA e Polícia Militar favoreceu muito esse trabalho, principalmente na região metropolitana da capital, onde houve um grande número de apreensões.

Eu assumi a Promotoria de Belo Horizonte em 2006, quando esse trabalho estava no auge. A gente tinha cerca de mil ocorrências por ano, somente relativas à apreensão de animais silvestres. Esses números eram gigantescos para uma única Promotoria de Justiça. Meu antecessor, Fernando Galvão, que se destacou muito nessa área, implantou um trabalho de acompanhamento total da apuração decorrente de crime ambiental contra a fauna. Ele ajuizava Ação Civil Pública, instaurava inquérito civil; se o TAC não fosse frutífero, ele ajuizava Ação Civil Pública

e, ao mesmo tempo, ia ao Juizado Especial Criminal para acompanhar a responsabilização criminal do infrator.

Quando cheguei à promotoria, eram cerca de 250 ações em andamento e mais esse volume crescente de apreensão de animais silvestres para acompanharmos na esfera criminal. Isso porque, em Minas, todas as promotorias de direitos difusos têm atribuição cível e criminal. A lei ambiental prevê que, para a pessoa usar dos seus benefícios de transação penal ou suspensão condicional do processo, tem que fazer antes a composição civil. Daí surgiu a necessidade de se unirem forças. Em vez de ir ao Poder Judiciário e trabalhar com Ação Civil Pública ou abrir inquérito civil na promotoria, por que não concentrar ações e trabalhar num projeto dentro do Poder Judiciário que pudesse resolver essas duas vertentes do crime ambiental? Como sabemos, as vertentes são três: a parte administrativa, a cargo do IBAMA, que aplica a multa e faz a destinação dos animais; essa competência está passando para o Estado a partir da Lei Complementar 140. E temos essas outras duas atribuições que ficavam a cargo do Ministério Público: a responsabilização civil e a penal.

O Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte funciona em três turnos. Logo quando assumi, comecei a ser inti-

mada para audiências de manhã, de tarde e de noite, todos os dias da semana. Minhas outras atribuições ficariam prejudicadas! Na Promotoria de Belo Horizonte, dividimos os trabalhos por assunto. Eu fui agraciada com patrimônio cultural; flora (somente no que se refere ao comércio irregular de espécies; defesa da probidade administrativa ambiental e fauna e, assim, não poderia ficar à disposição de um único tema. Uma estratégia encontrada foi condensar as audiências ambientais num mesmo horário, para podermos comparecer a todas e assim favorecer a negociação com cada infrator. Surgiu daí o Projeto Pássaros, e o carro-chefe desse trabalho são os passeriformes, aves apreendidas em larga escala, colocadas irregularmente em cativeiro pela população de Minas, especialmente Belo Horizonte.

A Promotoria elaborou um plano de trabalho para intensificar as ações de defesa de fauna e equacionar esse grande volume de tarefas. Para viabilizar isso, contamos com a adesão do Juizado Especial de Belo Horizonte, que já vinha trabalhando com divisão de temas. Aproveitei a questão da violência doméstica e de gênero, proposta pelo Promotor Dr. Eduardo, que atuou no Juizado antes de mim, e propus à então coordenadora do Juizado, Dra. Flávia Birchall de Moura, que fosse montada o que

se denominou de Audiência Ambiental. O infrator seria recebido de forma especial. Estabeleceu-se que haveria distribuição de material gráfico e se passaria um vídeo para o infrator assistir. Além disso, treinaria os conciliadores para essa audiência dúplice, de modo que estivessem preparados para explicar sobre responsabilidade civil e penal e pudessem oferecer uma proposta de resolução do conflito ambiental que promovesse essencialmente a conscientização. Conseguimos viabilizar a execução desse trabalho e foi muito interessante.

A dificuldade que a gente encontra no poder público por não ter uma rubrica específica para esses projetos é muito grande, sempre se começa sem nada. Na época, o material gráfico era aquele que se produzia na promotoria mesmo. A seguir, a gente precisava de um vídeo – eu falo que quem trabalha com fauna parece que tem um radar, um anjinho da guarda. Um dia, acordei no meio da noite, liguei a televisão e estava passando o programa “Um Pé de Quê?”, da Regina Casé. Falava da cutieira, uma árvore, mostrando de forma acessível a interação da fauna silvestre com a mata, o que era uma novidade para a maioria das pessoas que iam ao Juizado Especial. Mesmo a gente que lida com o meio ambiente às vezes tem dificuldade de perceber a necessidade da interação da mata com os

animais e os serviços ambientais que eles prestam. E o que fizemos? O Juizado tinha apreendido uma televisão, não tinha como devolver, aí eu comprei um DVD, liguei para a produtora, expliquei o problema, e eles autorizaram e me enviaram o envio do material. Desde então, o vídeo é apresentado regularmente antes da Audiência Ambiental.

Sempre às terças-feiras à tarde, são chamados trinta e dois envolvidos em infrações penais. Temos oito salas de conciliação e uma sala multimídia. Primeiro, as pessoas passam pela sensibilização, veem o vídeo, que abre o coração e mostra a importância de preservar e respeitar os animais, que são mais importantes soltos do que presos. Depois, eles vão para as salas com os negociadores. O treinamento inicial dos conciliadores foi feito junto ao Núcleo de Estudos em Direito Ambiental (Neda), da Universidade Federal de Minas Gerais, e à Fundação Zoobotânica. Hoje, esse tema já está incorporado ao curso de conciliadores do Juizado Especial. Só o Projeto Pássaros representa 5% do movimento do Juizado Especial de Belo Horizonte, é um volume grande. O próprio Tribunal de Justiça percebeu a importância do projeto e vem fazendo os módulos de treinamento de conciliadores.

Quando a gente percebeu todas essas nuances, identificou a necessidade de desenvolver o projeto. Eu trouxe uma relação das considerações que tivemos ao elaborar esse projeto. Foi observada a necessidade de formação de uma rede de parceiros. Contamos inicialmente com a parceria do Ibama, da Polícia Militar, do Juizado Especial, da Polícia Civil, que foi sempre uma grande parceira do nosso projeto, da Central de Cumprimento de Penas e da Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte, e montamos uma espécie de “força-tarefa”.

Os envolvidos são autuados, faz-se o boletim de ocorrência, que foi aperfeiçoado e está muito qualificado, inclusive com fotos. No momento em que a PM tem contato com o infrator, já dá notificação da data em que deve comparecer ao Juizado Especial. A Polícia Civil formata o Termo Circunstanciado de Ocorrência e envia para o Juizado. Nós então fazemos a Audiência Ambiental e a pessoa, via de regra, faz um acordo com o Ministério Público. Por quê? Porque todos os nossos acordos oferecem opções. A gente tem uma metodologia para valorar esse dano ambiental, levando em conta os gastos médios do Ibama para devolver o animal à natureza. De posse desse valor e conforme o número de animais, oferecemos uma proposta ao infrator. Ela pode fazer um pagamento a

favor do Fundo Estadual de Direitos Difusos ou de algum projeto de proteção animal na cidade, ou pode prestar serviços na Fundação Municipal de Parques, onde ela passa por oficinas ambientais e lida com a conservação dos parques, ou pode doar itens para ajudar a manter projetos do Ibama ou de intuições que abrigam animais. A pessoa acaba se sentindo motivada, porque entende como aquele valor vai favorecer a questão ambiental; há um nível de adesão muito alto a esses acordos.

A ideia é coletar os dados para poder avaliar os resultados. O projeto foi implantado em Belo Horizonte em outubro de 2006 e temos dados colecionados até julho de 2013. Mais de cinco mil audiências foram feitas; dessas, os principais problemas são de pessoas que mudam de endereço, ou têm antecedentes criminais e não podem fazer acordo, mas a faixa maior é de pessoas que somem, e é difícil encontrá-las. Das que comparecem, temos 3.653 acordos. São 3.653 pessoas que já assistiram ao vídeo, receberam cartilha, passaram por negociação e foram encaminhadas à Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (Ceapa) para sensibilização e prestação de serviço ambiental. Então, a pessoa é tocada, influenciada, e de alguma forma a gente usa essa resposta estatal, civil e penal para tentar modificar o comportamento delas.

O que foi pesquisado pela fundação é que, normalmente, são pessoas acima de 45 anos, a maioria é do sexo masculino e com grau de instrução fundamental. São pessoas que já têm filhos, netos adolescentes, que recebem uma cartilha para levarem para casa. Temos a felicidade de já ter trabalhado com mais de três mil famílias, e cada uma delas, através desses infratores, acaba recebendo informações que vão ajudar a disseminar pela cidade. Está havendo inclusive uma diminuição no número de recolhimentos na capital mineira. Ainda não sabemos exatamente as causas para, cientificamente, atribuir ao nosso trabalho, mas sabemos que um grande esforço tem sido feito e essa sensibilização tem aumentado.

Toda essa metodologia foi sugerida aos profissionais do interior e o Projeto Pássaros foi incorporado à estrutura do Poder Judiciário, através da Rede Judicial de Proteção. Essa rede trabalha a partir dessa experiência do Juizado de Belo Horizonte, que não se limita a encaminhar as pessoas a pagar cesta básica. Na verdade, a gente tenta criar uma resposta estatal que seja absolutamente coincidente com o crime que levou a pessoa ao Juizado. Se ela tem um problema de violência contra idoso, problema de trânsito, se está envolvida com consumo de drogas, o Juizado desenvolve projetos temáticos. A junção desses projetos

recebeu o nome de Rede Judicial de Proteção, um trabalho que busca sensibilizar o cidadão para diminuir a reincidência. A gente percebe de forma muito clara o fato de pouquíssimas pessoas reincidirem. Depois de sete anos de trabalho, você começa a conhecer as pessoas e sabe que algumas estão envolvidas com reincidência, mas a grande maioria não. A reincidência dessas pessoas que passaram pelo projeto é muito pequena.

Assim, eu penso que essa é uma estratégia interessante, que pode ser replicada com facilidade. Os promotores que quiserem podem ter acesso à documentação do projeto na nossa página da internet e também podem fazer uma solicitação. A gente encaminha, compartilha esse material e pede que outros materiais desenvolvidos sejam encaminhados para a gente incorporar ao nosso banco de dados. A ideia é exatamente fazer um encontro de várias opiniões, várias linhas de trabalho, vários aspectos que envolvem a fauna, para que possamos refletir, incorporar ideias e fundamentar melhor nossas ações de defesa. Muitas vezes, se fica só no discurso, e isso só enfraquece a proteção. Há necessidade de “biodiversificar” também o discurso. Temos que ter essa ampliação dos espectros de atuação para que possamos colaborar e formar realmente uma rede de proteção.

Quem quiser essas informações sobre a Rede Judicial de Proteção, é só clicar na página do Tribunal de Justiça, tem lá os projetos do Juizado Especial e a descrição de cada um. Quem quiser, pode acompanhar também a Audiência Ambiental, toda terça à tarde. Na *internet*, vocês podem ter a felicidade de rever o vídeo da cotia, exibido aqui hoje, porque eu me derreto de emoção quando vejo. Acho que ela, a cotia, os papagaios, os passeriformes, são realmente o motivo do nosso trabalho, um alento para lidar com esses números avassaladores e, também, para desmistificar essa questão de que os animais não sobrevivem se forem destinados. Que pelo menos eles possam ter a chance de morrer em liberdade, de cumprir suas funções ecológicas por um dia, por uma hora. E se eles morrerem presas dos macacos, que estejam cumprindo sua função de entrar na cadeia alimentar, e que isso seja respeitado por nós, seres humanos. Aliás, como foi lembrado pelo professor Sérgio, precisamos desses serviços ecossistêmicos não só na mata, na área rural, nas áreas de proteção, mas também nas florestas urbanas. Obrigada.